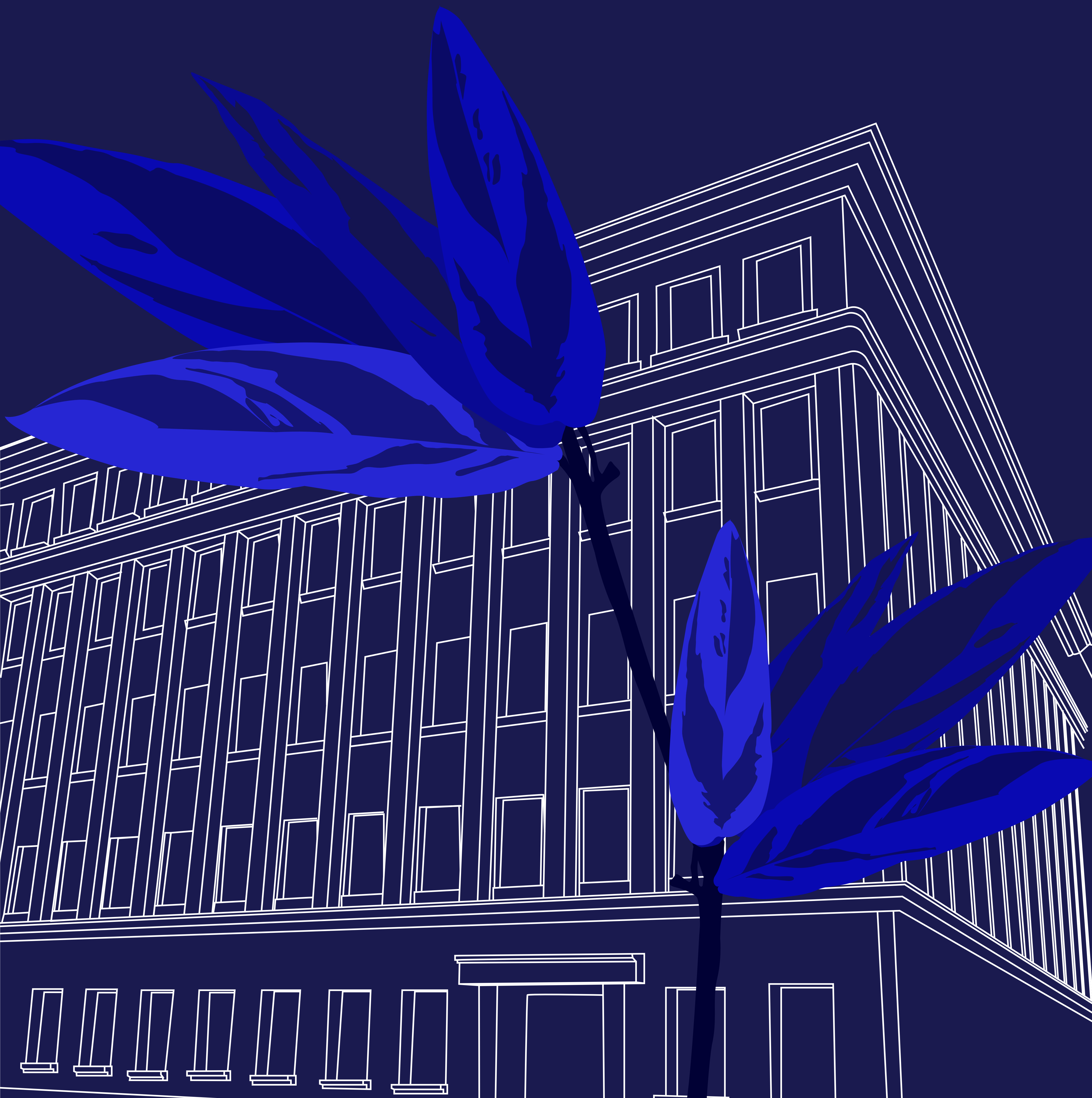


Relatório de | 20 Atividades Inea | 18



Instituto Estadual do Ambiente (Inea)

Carlos Henrique Netto Vaz, presidente

Diretoria de Pós-Licença (Dipos)

Daniel Frederico Ramirez Ambires, diretor

Diretoria de Licenciamento Ambiental (Dilam)

Fabio Dalmasso Coutinho, diretor

Diretoria de Recuperação Ambiental (Diram)

Armando Costa Junior, diretor

Diretoria de Biodiversidade, Áreas Protegidas e Ecossistemas (Dibape)

Marcelo Morel, diretor

Diretoria de Gente e Gestão (Digges)

Renan Guimarães Escopeli Gomes, diretor

Diretoria de Segurança Hídrica e Qualidade Ambiental (Diseq)

Hélio Vanderlei Coelho Filho, diretor

Relatório de Atividades Inea 2018

Rio de Janeiro

2019

1. INTRODUÇÃO	4
1.1 O Instituto Estadual do Ambiente	4
1.2 Os eixos de atuação	5
2. REALIZAÇÕES EM 2015-2018	6
O processo de modernização iniciado em 2015 foi construído com base em quatro premissas: (a) implantação de uma gestão orientada para resultados; (b) valorização do capital humano; (c) meritocracia; e (d) fortalecimento do processo de pós-licença e fiscalização.	6
2.1 Licenciamento ambiental e pós-licença	6
2.2 Qualidade ambiental	8
2.3 Cobertura florestal e proteção da biodiversidade	10
2.4 Governança das águas e segurança hídrica	12
2.5 Recuperação ambiental	14
2.6 Socioambiental	15
2.7 Modernização da gestão e desenvolvimento de pessoas	16
3. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL	19
3.1 Arrecadação	20
3.2 Execução Orçamentária	20
3.3 Execução Financeira	22
3.4 Execução Patrimonial	24
3.5 Balanço Patrimonial	24

1. INTRODUÇÃO

O presente documento é parte integrante da prestação de contas dos ordenadores de despesas do Instituto Estadual do Ambiente (INEA) junto à Auditoria Geral do Estado do Rio de Janeiro (AGE) e corresponde ao Relatório Anual da Gestão previsto no anexo IV, item 24, da Deliberação TCE-RJ nº 278/2017 e na Instrução Normativa AGE-RJ nº 48/2019.

Além de atender às referidas exigências legais, busca-se avaliar o desempenho do instituto, ao longo do exercício de 2018, no tocante às ações de proteção, controle e recuperação ambiental, bem como às ações administrativas e de apoio, inclusive a sua execução orçamentária, financeira e patrimonial. Também se pretende retratar aqui as realizações mais relevantes do INEA em 2018 no cumprimento de sua missão de proteger, conservar e recuperar o meio ambiente do estado do Rio de Janeiro, visando ao desenvolvimento sustentável.

1.1 O Instituto Estadual do Ambiente

O INEA é uma entidade integrante da Administração Pública Estadual Indireta vinculada à Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS) e submetida ao regime autárquico especial, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

Criado pela Lei Estadual nº 5.101/2007, o INEA tem a função de executar as políticas estaduais do meio ambiente, de recursos hídricos e de recursos florestais adotadas pelos Poderes Executivo e Legislativo do Estado do Rio de Janeiro. A instalação do INEA foi efetivada com a promulgação do Decreto Estadual nº 41.628, em 12 de janeiro de 2009, o qual estabeleceu a sua estrutura organizacional, sua forma de organização e suas competências, teve como objetivo imprimir maior eficiência na preservação do meio ambiente do estado do Rio de Janeiro.

A estrutura do INEA é composta pela Presidência e por cinco Diretorias, cujos titulares compõem seu Conselho Diretor, presidido pelo Presidente da instituição, mediante as seguintes competências:

- **Diretoria de Licenciamento Ambiental:** conduzir os procedimentos de licenciamento ambiental, que contenham ou não autorizações e demais atos relativos a recursos hídricos e à política florestal, emitindo as análises e pareceres correspondentes, editar atos de outorga e extinção de direito de uso dos recursos hídricos e demarcar Faixas Marginais de Proteção.
- **Diretoria de Pós-licença:** coordenar o exercício das atividades de fiscalização, acompanhamento pós-licença e de controle da poluição ambiental, mediante a adoção de medidas de polícia, cautelares e lavratura de autos de constatação e de infração e realizar o controle ambiental, por meio de programa de

monitoramento quali-quantitativo dos corpos d'água e dos efluentes líquidos; e da qualidade do ar e das emissões atmosféricas.

- **Diretoria de Biodiversidade, Áreas Protegidas e Ecossistemas:** propor normas, diretrizes, planos e estratégias de atuação relacionadas à definição de políticas públicas direcionadas à preservação da biodiversidade fluminense e à proteção, manutenção e restauração da Mata Atlântica do estado e planejar a criação, implantação, gestão, proteção e fiscalização das unidades de conservação estaduais.

- **Diretoria de Recuperação Ambiental:** elaborar projetos, organizar e realizar obras e intervenções destinadas a garantir ou a recuperar a qualidade dos recursos ambientais.

- **Diretoria de Gente e Gestão:** promover a administração de pessoas e seus subsistemas, definindo políticas de direitos, deveres, vantagens e benefícios, promover o desenvolvimento de pessoas para garantir o melhor aproveitamento do potencial dos servidores e propor desdobramento de metas para as demais áreas e acompanhar os resultados por meio de uma gestão por indicadores com foco na melhoria contínua.

A atuação desconcentrada do INEA acompanha a divisão do território fluminense em regiões hidrográficas, com a exceção da bacia do rio guandu. Nesse caso, oito superintendências regionais estão estruturadas para licenciar atividades e empreendimentos de baixo impacto poluidor e atender às demandas da sociedade relativas às questões ambientais de todos os municípios do estado. Cabe também às superintendências diminuir distâncias, ampliar oportunidades e, ao mesmo tempo, promover mecanismos mais eficientes de controle, acompanhamento e integração das ações de gestão ambiental.

O INEA, no exercício de 2018, contou com um corpo funcional de 1.023 servidores em efetivo exercício. Ao longo dos últimos cinco anos, o quantitativo total de servidores da instituição, incluindo servidores cedidos, teve a seguinte distribuição: 1.396 (2011), 1.513 (2012), 1.509 (2013), 1.519 (2014), 1.401 (2015), 1.376 (2016) e 1.318 (2017).

1.2 Os eixos de atuação

A partir de 2015, a política ambiental passou a ser orientada por metas-síntese, alinhadas a eixos de atuação, os chamados “Desafios do Ambiente”, a saber: i) Licenciamento ambiental e pós-licença; ii) qualidade ambiental; iii) cobertura vegetal e proteção da biodiversidade; iv) governança das águas e segurança hídrica; v) recuperação ambiental; vi) socioambiental; e vii) modernização da gestão e desenvolvimento de pessoas.

Com a intenção de resgatar a excelência técnica e inovadora das instituições que deram origem ao INEA – valorizando a sua cultura e expertise próprias, que sempre estiveram na vanguarda das políticas de preservação, fiscalização e recuperação ambiental no estado – foi feito um diagnóstico focado em sua estrutura, processos de trabalho e recursos financeiros e não-financeiros.

O novo modelo busca disseminar uma cultura de gestão orientada para a entrega de resultados, com foco em meritocracia, valorização do capital humano e estabelecimento de metas, que perpassou toda a instituição. Os esforços passaram a ser direcionados às áreas finalísticas, redesenhando a gestão de recursos humanos, o que proporcionou a formação de lideranças com alta capacidade executiva. Em que pese as dificuldades inerentes à crise fiscal que perpassa o Estado do Rio de Janeiro, as medidas de modernização e fortalecimento da gestão empreendidas pelo INEA foram de grande relevância:

- (i) Definição de metas arrojadas de produtividade para todas as áreas de licenciamento ambiental e pós-licença;
- (ii) Adoção de uma política inovadora de gerenciamento de projetos;
- (iii) Criação da Diretoria de Pós-licença (DIPOS) e da Diretoria de Gente e Gestão (DIGGES).

Dentre os gargalos encontrados, o licenciamento ambiental se destacava negativamente pelo acúmulo de processos sem resolução. Principal instrumento de gestão ambiental voltado para o controle dos impactos gerados pelas atividades produtivas, o licenciamento acumulava, em dezembro de 2017, um passivo de 20.326 processos que integram o Sistema de Licenciamento Ambiental (SLAM), o desrespeitando o prazo legal de 180 dias e evidenciando a ineficiência dos trâmites burocráticos.

Outro ponto sensível diz respeito ao gerenciamento dos projetos estratégicos da instituição: à época, a carteira somava mais de uma centena de projetos, distribuídos por quatro agendas (Azul, Verde, Marrom e Socioambiental), o que explicitava a falta de foco gerencial e a necessidade de priorização dos esforços.

2. REALIZAÇÕES EM 2015-2018

O processo de modernização iniciado em 2015 foi construído com base em quatro premissas: (a) implantação de uma gestão orientada para resultados; (b) valorização do capital humano; (c) meritocracia; e (d) fortalecimento do processo de pós-licença e fiscalização.

2.1 Licenciamento ambiental e pós-licença

O eixo licenciamento e pós-licença faz parte de um grande esforço da SEA e do INEA para modernizar e agilizar a gestão ambiental fluminense. Nesse sentido,

espera-se facilitar o acesso do requerente ao INEA e simplificar os trâmites processuais para promover a redução no tempo de análise a fim de dar conta dos projetos e empreendimentos voltados para o desenvolvimento socioeconômico do Estado. Por outro lado, almeja-se aumentar a efetividade da prevenção do dano ambiental a partir do redirecionamento do esforço da Instituição do licenciamento para as ações de fiscalização que intentam não só garantir a operação das atividades licenciadas de acordo com as condicionantes estabelecidas, mas também coibir operações ou práticas em desconformidade com a lei.

Objetivo: i) responder os novos requerimentos SLAM em até 180 dias e eliminar o passivo inventariado, ambos até o final de 2018; ii) redirecionar o esforço da Instituição do licenciamento para a fiscalização, ou seja, do controle *a priori* para o controle *a posteriori*; e 3) realizar, em média, 2 vistorias de fiscalização por semana *per capita*.

Principais linhas de atuação: 1) estruturação da governança por metas; 2) redesenho do processo de licenciamento; 3) reestruturação organizacional; e 4) redesenho do processo pós-licença.

Resultados:

- 1) Implantação da governança de acompanhamento de metas (estabelecimento de metas plurianuais, realização de reuniões sistemáticas em dois níveis e produção de relatórios de acompanhamento e avaliação).
- 2) Criação de 13 medidas de simplificação do licenciamento (dentre as quais: a criação de procedimentos de licenciamento ambiental simplificado para empreendimentos de baixo impacto e a fixação de prazos para cumprimento das exigências estabelecidas pelo INEA no decorrer da análise do requerimento).
- 3) Implantação da Plataforma Digital de Licenciamento Ambiental, constituída pelo processo administrativo digital (implantado em 5 gerências e 3 superintendências), aplicativo do licenciamento (mais de 6000 usuários cadastrados) e requerimento *online* (678 requerentes atendidos).
- 4) Aumento de 75% de licenças emitidas (de 3.406 em 2015 para 5.939 em 2017), redução de 47 dias no tempo de análise das licenças (de 158 em 2015 para 111 em 2018), resolução de 76% do passivo inventariado (de 20.236 em 2015 para 4.904 em 2018) e aumento de 65% no montante de licenças atendidas dentro do prazo legal (de 33% em 2015 para 76% em 2018).
- 5) Criação da Diretoria de Pós-licença com direcionamento da força de trabalho para as atividades-fim (fiscalização e acompanhamento de condicionantes), além de seu redimensionamento.
- 6) Implantação do Sistema de Planejamento e Controle de Vistorias de Fiscalização.

- 7) Aumento de 270% nas vistorias de fiscalização realizadas (de 208 em 2015 para 771 em 2018), aumento de 32% nas vistorias de pós-licença realizadas nas Superintendências (de 3.394 em 2016 para 4.498 em 2018) e aumento de 123% nas vistorias de acompanhamento de condicionantes realizadas (de 369 em 2015 para 824 em 2018).
- 8) Realização de 700 fiscalizações de combate ao desmatamento ilegal que identificaram 165 hectares de supressão no âmbito do programa Olho no Verde.

Resultados complementares:

- I. Contratação de 52 analistas para a realização de atividades-fim.
- II. Criação do *lounge* de atendimento possibilitando maior conforto aos requerentes de instrumentos SLAM.
- III. Implementação de ações de cooperação e integração interna, além do reforço dos recursos (aquisição ou realocação de veículos e utensílios).
- IV. Elaboração do diagnóstico de infrações ambientais.
- V. Desenvolvimento do cadastro de condicionantes e do módulo digital de acompanhamento de condicionantes.
- VI. Análise de 4.792 processos de impugnação em 2017 (749 em 2015, 1.455 em 2016, 1.487 em 2017 e 1.101 em 2018).
- VII. Elaboração de 2.186 pareceres conclusivos de impugnação (404 em 2015, 462 em 2016, 563 em 2017 e 757 em 2018).
- VIII. Realização de 2.219 vistorias de fiscalização para atendimento às demandas da SEA, do Inea, de denúncias da sociedade civil, de solicitações do Ministério Público, Polícia Civil e outras instituições (771 em 2018, 700 em 2017, 540 em 2016 e 208 em 2015).
- IX. Emissão de 4.335 de autos de infração (1.073 em 2015, 1.020 em 2016, 1.100 em 2017 e 1.142 em 2018).
- X. Realização de 2.061 vistorias de acompanhamento de condicionantes (369 em 2015, 525 em 2016, 676 em 2017 e 824 em 2018).
- XI. Arrecadação de R\$ 39,5 milhões em infrações ambientais (18,7 milhões em 2015, 12,8 milhões em 2016, 3,8 milhões em 2017 e 4,2 milhões em 2018).
- XII. Novo sistema de emissão de boletos bancários (multas ambientais).
- XIII. Habilitação de 4 novos municípios ao licenciamento ambiental (52 em 2015, 55 em 2016, 55 em 2017 e 56 em 2018).

2.2 Qualidade ambiental

O eixo qualidade ambiental faz parte de um grande esforço da SEA e do INEA no sentido de coordenar as ações e integrar setores de controle ambiental por meio de programas de monitoramento quali-quantitativo sobre os corpos d'água, bacias áreas, efluentes líquidos industriais e emissões atmosféricas de modo a atender às políticas de comando e controle do Estado. Por outro lado, almeja-se

aumentar o acesso à água potável e à coleta e tratamento de esgoto por parte de uma fração da população desassistida pelas concessionárias públicas e privadas, além de atender às ocorrências ambientais emergenciais tecnológicas com envolvimento de produtos químicos perigosos.

Objetivo: i) melhorar a qualidade ambiental dos corpos d'água e bacias áreas; ii) aumentar o acesso à água potável e à coleta e tratamento; e iii) mitigar o impacto ambiental de acidentes com produtos químicos perigosos.

Principais linhas de atuação: 1) monitorar quali-quantitativamente a qualidade ambiental dos corpos d'água e bacias áreas; 2) implantar Elevatórias ou Estações de Tratamento de Água e de Esgoto; e 3) combater a emissão atmosférica e a emissão de efluentes líquidos residenciais ou industriais em desconformidade com os preceitos legais.

Resultados (melhorar a qualidade):

- 1) Inauguração da nova elevatória no município de Volta Redonda, beneficiando 15 mil moradores de 6 bairros.
- 2) Inauguração do sistema de abastecimento de água Queimados, beneficiando 90 mil habitantes.
- 3) Inauguração do sistema de tratamento e abastecimento de água em Conservatória, beneficiando 12 mil habitantes de Valença.
- 4) Redução de 286 mil litros/dia de lançamento de esgoto *in natura* na região oceânica de Niterói por meio do programa se liga.

Resultados (monitorar a qualidade):

- 1) Aumento de 306% no número de alertas de cheias emitidos (de 221 em 2015 para 898 em 2018).
- 2) Novo sistema do Programa de Autocontrole de Efluentes Líquidos (Procon-Água) (de 43 empresas cadastradas em 2016 para 346 em 2018).
- 3) Novo sistema do Programa de Monitoramento de Emissões de Fontes Fixas para a Atmosfera (Promon-Ar).
- 4) Criação do aplicativo Partiu Praia (condições de banho de 201 praias monitoradas para mais de 1.000 usuários cadastrados).
- 5) Aumento de 44% no número de empresas cadastradas no Programa de Autocontrole de Emissão de Fumaça Preta por Veículo Automotor do Ciclo Diesel (Procon-Fumaça Preta) (de 1247 em 2015 para 1793 em 2018).
- 6) Acreditação do Laboratório INEA junto à Norma ISO 17025:2005 do Inmetro.

Resultados complementares:

- I. Divulgação de 2.666 alertas de cheias para os diversos segmentos da população (221 em 2015, 640 em 2016, 907 em 2017 e 898 em 2018).

- II. Realização de 778 vistorias de monitoramento de emissões atmosféricas e de qualidade do ar (218 em 2015, 209 em 2016, 236 em 2017 e 115 em 2018).
- III. Realização de 657 vistorias de acompanhamento do Convênio INEA/DETRAN (199 em 2015, 181 em 2016, 206 em 2017 e 71 em 2018).
- IV. Realização de 766 vistorias de monitoramento de efluentes industriais (Procon-Água) (252 em 2015, 297 em 2016, 111 em 2017 e 106 em 2018).
- V. Atendimento à 644 ocorrências de emergências ambientais (154 em 2015, 170 em 2016, 202 em 2017 e 118 em 2018).
- VI. Realização de 488 inspeções sanitárias (133 em 2015, 115 em 2016, 105 em 2017 e 135 em 2018).
- VII. Divulgação de 1.087 boletins hidrometeorológicos (167 em 2015, 282 em 2016, 273 em 2017 e 365 em 2018).
- VIII. Divulgação de 2.349 boletins de balneabilidade (623 em 2015, 563 em 2016, 571 em 2017 e 592 em 2018).
- IX. Divulgação de 933 boletins de risco de incêndios florestais (9 em 2015, 289 em 2016, 270 em 2017 e 365 em 2018).
- X. Elaboração do Diagnóstico dos Acidentes Ambientais no Estado do Rio de Janeiro de 1983-2016: enfoque no transporte rodoviário de produtos perigosos.
- XI. Realização de 160.929 análises laboratoriais de amostras de água (45.480 em 2015, 45.526 em 2016, 32.193 em 2017 e 38.800 em 2018).
- XII. Credenciamento de 97 laboratórios (15 em 2015, 38 em 2016, 30 em 2017 e 14 em 2018).
- XIII. Execução de 29 exercícios simulados de emergência (4 em 2015, 14 em 2016, 3 em 2017 e 8 em 2018).
- XIV. Publicação de 8 normas operacionais e revisão de outras 4 (qualidade do ar, manifesto de resíduos, credenciamento de laboratórios etc.).

2.3 Cobertura florestal e proteção da biodiversidade

O eixo cobertura vegetal e proteção da biodiversidade das águas faz parte de um grande esforço da SEA e do INEA no sentido de conservar a biodiversidade fluminense, por meio da gestão das unidades de conservação estaduais e promoção e fomento da restauração da mata atlântica do Rio de Janeiro.

Objetivo: i) aumentar a área conservada e restaurada; ii) melhorar a infraestrutura das UC estaduais; iii) fomentar o uso público nos parques estaduais.

Principais linhas de atuação: 1) conservação da biodiversidade e restauração da cobertura vegetal; 2) estruturação das unidades de conservação; 3) fomento ao uso público; e 4) transparência, divulgação e compartilhamento de informações.

Resultados:

- 1) A área conservada no ERJ alcançou o patamar de 1.184.258 hectares em 2018, após incremento de 26.649 hectares entre 2015 e 2018, com a demarcação de 5 unidades de conservação.
- 2) A área degradada restaurada no ERJ alcançou o patamar de 6.233,17 hectares em 2018, após incremento de 1.638,56 hectares entre 2015 e 2018.
- 3) Implementação da governança das unidades de conservação estaduais a fim de orientar os investimentos financeiros e avaliar os avanços efetivos nas UC no que tange à infraestrutura e gestão.
- 4) O número de visitantes nos parques estaduais com o auxílio de eco-contadores e livros de registro alcançou o patamar de 287.096 visitantes em 2018, após incremento de 23.014 pessoas em comparação com 2017.
- 5) Certificação de implantação para a restauração florestal de 190 hectares em nascentes, áreas de recarga e matas ciliares com no âmbito do Projeto Água do Rio das Flores.
- 6) Certificação de implantação para a restauração florestal de 8,8 hectares em nascentes, áreas de recarga e matas ciliares no âmbito do Projeto Água de Barra Mansa.
- 7) Contratação de 250 agentes ambientais para atuarem no Monitoramento, Gestão Ambiental e Acompanhamento de Ações em UC estaduais.
- 8) Manejo e sinalização de 130 km de trilhas no âmbito do Programa de Uso Público.
- 9) Levantamento fundiário de 8.300 hectares nas UC estaduais.
- 10) Desenvolvimento dos portais da Restauração Florestal Fluminense (19 mil acessos), Visite Parques Estaduais (1,1 mil acessos), GeoINEA (12 mil acessos), BDE Biota (ambiente de homologação), Conexão Mata Atlântica (3,5 mil acessos), Projeto BIG (14 mil acessos) e Pacto pelas Águas (ambiente de homologação).
- 11) Regularização fundiária de 50 propriedades, totalizando 3.460 hectares.
- 12) Novo arranjo institucional da Câmara de Compensação Ambiental (possibilidade de exercer parceria com mais de uma entidade de gestão operacional, possibilidade de receber novas fontes de recursos, centralização de todos valores de compensação ambiental em conta única, novos critérios de distribuição dos valores devidos no TCCA, remuneração de 100% cdi sobre os recursos aplicados).
- 13) Implantação da Governanças das UC metas de desempenho em torno da classificação das unidades de conservação quanto ao grau de estruturação segundo eixos e componentes preestabelecidos a fim de direcionar a atuação e priorizar a aplicação de novos recursos financeiros.
- 14) Site do FMA demonstrar a evolução física e financeiras dos projetos em execução além de apresentar os resultados obtidos em decorrências dos projetos concluídos.
- 15) Inventário florestal com publicação de 5 livros científicos.

Resultados complementares:

- I. Elaboração do estudo de priorização de áreas para o Programa de Regularização Ambiental (PRA) no Estado.
- II. Marcação de 242 matrizes de 9 espécies leguminosas arbóreas nativas para restauração florestal, além da realização de 2 cursos com a capacitação de 71 pessoas.
- III. Realização de 1 experimento-teste com a utilização de inoculantes em sementes de mudas nativas para a recuperação de áreas degradadas.
- IV. Realização de 1 curso de capacitação para acompanhamento fenológico das espécies, marcação de matrizes e coleta de sementes.
- V. Implantação de 1 unidade demonstrativa de silvipastoril no Centro de Treinamento da EMATER, em Italva.
- VI. Delimitação de 199 pontos de captação e respectivas áreas de interesse para proteção e recuperação dos mananciais de abastecimento público.
- VII. Elaboração do Atlas dos Mananciais de Abastecimento Público do Estado do Rio de Janeiro.
- VIII. Mapeamento de Uso do Solo e Cobertura Vegetal na escala 1:10.000 de 4 UC estaduais (PECS, PESC, PELAG E REVISMEP).
- IX. Mapeamento de Uso do Solo e Cobertura Vegetal do ERJ na escala 1:25.000;
- X. Aprovação de 16 Planos de Gestão Integrada da Orla – PGI.
- XI. Desenvolvimento do Sistema Estadual de Monitoramento e Avaliação da Restauração Florestal (SEMAR).
- XII. Realização de 6 estudos avaliativos de potencialidades no âmbito do Programa de Concessões e Permissões de Uso.
- XIII. Construção de 4 cenários de visitação no âmbito do Programa de Ordenamento.
- XIV. Elaboração do Plano de Manejo do PEPS e da REVISTUR.
- XV. Construção de guarita, sede administrativa, alojamentos, casas do chefe e área de lazer no PESC.
- XVI. Reforma das edificações nos núcleos Piraquara e Camorim do PEPB.
- XVII. Construção de alojamento funcional e alojamento de trânsito no PED.
- XVIII. Aquisição de embarcações para a REEJ e PESET.
- XIX. Aquisição de mobiliários, equipamentos, utensílios e veículos para o PEC e PESC.
- XX. Emissão de 6 Certificados de Reconhecimento de RPPN e de 5 Certidões Ambientais de Reserva Legal.

2.4 Governança das águas e segurança hídrica

O eixo governança das águas e segurança hídrica faz parte de um grande esforço da SEA e do INEA no sentido de assegurar à atual e às futuras gerações o acesso à água de qualidade por meio de instrumentos de gestão que intentam

garantir o uso sustentável dos recursos hídricos, além de ações que visam à proteção e à recuperação de mananciais e fontes de abastecimento. Por outro lado, almeja-se, ainda, prevenir, controlar e mitigar alagamentos e inundações nas zonas de habitação em torno de faixas marginais de proteção dos corpos hídricos.

Objetivo: i) assegurar o uso sustentável dos recursos hídricos; ii) recuperar e proteger zona de mananciais ou fontes de abastecimento; iii) prevenir, controlar e mitigar alagamentos e inundações.

Principais linhas de atuação: 1) proteger e recuperar APP estratégicas; 2) celebrar contratos de gestão com delegatárias; 3) cobrar pelo uso da água fluvial ou subterrânea; 4) implantar e operar estações hidrometeorológicas; e 5) realizar a fotogrametria de áreas prioritárias.

Resultados:

- 1) Aumento de 30% no número de usuários cobrados pelo uso da água (de 764 em 2015 para 993 em 2018).
- 2) Aumento de 135% na arrecadação total com a cobrança pelo uso da água (de R\$ 23,9 milhões em 2015 para R\$ 56,4 milhões em 2018).
- 3) Celebração de 2 novos contratos de gestão com as delegatárias de comitês de bacia (regiões hidrográficas I, V e VI), além do aditamento dos demais contratos existentes (todas as regiões hidrográficas contam com comitê de bacia e entidade delegatária).
- 4) Aumento da Segurança Hídrica para 12,3 milhões de moradores do estado do Rio de Janeiro por meio da assinatura da Resolução Conjunta entre a Agência Nacional de Águas e os estados de Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais (definindo novas regras de operação do sistema hidráulico do Paraíba do Sul).
- 5) Implantação e operação de estações hidrometeorológicas (instalação de 18 estações telemétricas, revitalização de 5 estações convencionais e manutenção das 23 estações).

Resultados complementares:

- I. Criação do Sistema de Informação sobre os Barramentos do estado do Rio de Janeiro (SisBar), que conta, atualmente, com o cadastro de 134 estruturas hidráulicas do Estado.
- II. Desenvolvimento da Política de Regularização Fundiárias em Áreas de Proteção Permanente nas margens dos rios abrangendo elaboração do documento “Diretrizes para Elaboração de Estudos Técnicos necessários para implementação de Regularização Fundiária Urbana em Área de Preservação Permanente (APP) nas margens dos rios” e do Projeto de

Regularização Fundiária as margens do rio Paraíba do Sul no município de Volta Redonda.

- III. Perfilamento a laser e sobrevoo fotogramétrico nos municípios de Rio das Ostras, Macaé, Búzios, Guapimirim, Cachoeira de Macacu e Magé que permitem a elaboração de projetos de prevenção, controle e mitigação de alagamentos e inundações.
- IV. Capacitação de 13 municípios do estado do Rio de Janeiro em 'política de regularização fundiária'.
- V. Capacitação de 9 comitês de bacia em 'regularização e cadastramento em recursos hídricos'.
- VI. Publicação de 1 cartilha, 26 artigos em congressos, 1 Base Legal (em 2018 em sua quarta edição) e 2 revistas Ineana especiais dedicadas ao tema água.

2.5 Recuperação ambiental

O eixo recuperação ambiental faz parte de um grande esforço da SEA e do INEA no sentido de restaurar áreas degradadas em razão de intervenção humana ou de ação intempérica.

Objetivo: i) recuperar corpos d'água e faixas marginais de proteção; 2) desfazer construções irregulares em áreas não-edificante.

Principais linhas de atuação: 1) desassorear corpos d'água; 2) limpar corpos d'água; e 3) realocar moradias irregulares em zonas de FMP; e 4) plantar mudas ou instalar equipamentos públicos em zonas de FMP.

Resultados:

- 1) O volume de sedimentos dragados dos corpos d'água pelo programa 'limpa rio' saltou de $6,166 \times 10^5 \text{ m}^3$ em 2015 para $7,582 \times 10^5 \text{ m}^3$ em 2018, cujo total entre 2015 e 2018 perfaz o montante de $26,93 \times 10^5 \text{ m}^3$.
- 2) O volume de material recolhido nos corpos d'água pelo programa 'ecobarreira' saltou de 1.319 mil toneladas em 2015 para 2.553 mil toneladas em 2018, cujo total entre 2015 e 2018 perfaz o montante de 16.443 toneladas.
- 3) Realocação de 3.588 pessoas no âmbito do programa Minha Casa Minha Vida em Teresópolis (1.600), Duque de Caxias (500), São João de Meriti (960) e Nova Iguaçu (528).
- 4) Indenização de 932 pessoas no âmbito do programa Rios da Serra em Nova Friburgo (517), Petrópolis (50) e Teresópolis (365).
- 5) Realocação 194 de famílias no âmbito do programa Rios da Serra em Nova Friburgo (59), em Petrópolis (50) e em Teresópolis (85).

Resultados complementares:

- I. Dragagem de sedimentos em mais de 470 km de 600 corpos hídricos.
- II. Desassoreamento de 3,4 km do Rio Bengalas em Teresópolis.
- III. Plantio de 680 mudas nas margens do Rio Bengalas em Teresópolis.
- IV. Realocação de 1.600 pessoas no âmbito do programa Minha Casa Minha Vida Ermitage no município de Teresópolis.
- V. Realocação de 500 pessoas no âmbito do programa Minha Casa Minha Vida Volterra no município de Duque de Caxias.
- VI. Realocação de 960 pessoas no âmbito do programa Minha Casa Minha Vida Trio de Ouro 2, 3 e 4 no município de São João de Meriti.
- VII. Realocação de 272 pessoas no âmbito do programa Minha Casa Minha Vida Maria Pitella no município de Nova Iguaçu.
- VIII. Realocação de 256 pessoas no âmbito do programa Minha Casa Minha Vida Santo Antônio no município de Nova Iguaçu.
- IX. Indenização de 517 pessoas no âmbito do programa Rios da Serra no município de Nova Friburgo.
- X. Indenização de 50 pessoas no âmbito do programa Rios da Serra no município de Petrópolis.
- XI. Indenização de 365 pessoas no âmbito do programa Rios da Serra no município de Teresópolis.
- XII. Indenização de 35 pessoas, que estavam no Aluguel Social do INEA, no âmbito Projeto Iguaçu na Baixada Fluminense.

2.6 Socioambiental

O eixo socioambiental faz parte de um grande esforço da SEA e do INEA no sentido de coordenar os diversos trabalhos que visam a desenvolver aspectos sociais e ambientais de forma integrada perante aos beneficiários das políticas públicas por meio de ações educativas ou profissionalizantes que intentam alterar a situação vigente do público-alvo.

Objetivo: i) desenvolver aspectos ambientais e sociais no público-alvo.

Principais linhas de atuação: 1) realizar ações de educação ambiental; 2) realizar ações de educação profissionalizante.

Resultados:

- 1) Seleção de 165 proprietários rurais para pagamento por serviços ambientais (PSA) para conservar 1.773 ha, restaurar 268,6 ha e converter a produção de 42,9 ha, no âmbito do Programa Conexão Mata Atlântica.
- 2) Contratação de 70 proprietários rurais para pagamento por serviços ambientais (PSA) para conservar 4.562 ha e restaurar 564 ha, no âmbito do Programa Produtores de Água e Floresta - Guandu.

- 3) Formação de 53 alunos entre 11 e 14 anos em 3 UC estaduais no âmbito do Programa Guarda-Parque Mirim.
- 4) Formação de 580 agentes públicos em 14 municípios no âmbito do Curso de Capacitação para Prevenção e Defesa Florestal.
- 5) Realização de 54 eventos de visitação pública realizados em 8 UC estaduais com a participação de 861 pessoas no âmbito do projeto Vem Passarilhar.
- 6) Realização de 11 eventos de visitação pública realizados em 19 UC estaduais com a participação de 500 pessoas no âmbito do projeto Vem Pedalar.
- 7) Capacitação de 89 voluntários selecionados em 15 UC estaduais no âmbito do Programa de Voluntariado Ambiental.
- 8) Formação de 232 pessoas para atividades de guiagem e condução de visitantes nas UC estaduais no âmbito do Programa de Credenciamento de Guias e Condutores (8 em 2015, 143 em 2016, 22 em 2017 e 59 em 2018).
- 9) Recolhimento de 1.000.000t de material com destinação irregular, 200.000t de resíduos recicláveis e de 2.000l de óleo vegetal pelo programa 'olho no lixo' na Rocinha e Vidigal.
- 10) Reaproveitamento de 7 mil l/mês de óleo vegetal pelo programa 'PROVE'.
- 11) Fomento à associação cooperativa de catadores (o número de cooperados saltou de 21 em 2017 para 54 em 2018).

Resultados complementares:

- I. Realização de 694 oficinas com a participação de 4.062 pessoas no âmbito dos projetos Funk Verde e Ecomoda (160 em 2016 com 1.598 alunos, 352 em 2017 com 1.496 alunos e 320 em 2018 com 968 alunos).
- II. Realização de 22 eventos de cidadania com a participação de 7.000 pessoas (13 em 2017 e 9 em 2018).
- III. Castração de 900 animais em Valença e Vassouras.
- IV. Realização de oficina de moda para 100 beneficiários.
- V. Plantio de 400 mudas na Orla de Ipanema.
- VI. Realização de 147 cursos de capacitação teórica e prática em educação ambiental no ano de 2018 em comunidades atendidas por ações socioambientais nas regiões Metropolitana, Norte Fluminense, Serrana, Baixadas Litorâneas e Médio Paraíba.
- VII. Realização de 118 eventos de educação ambiental no ano de 2018 em comunidades atendidas por ações socioambientais nas regiões Metropolitana, Norte Fluminense, Serrana, Baixadas Litorâneas e Médio Paraíba.

2.7 Modernização da gestão e desenvolvimento de pessoas

A modernização da gestão e o desenvolvimento de pessoas fazem parte de um grande processo de reestruturação do SEA e do INEA para melhorar a eficiência na execução de políticas públicas estaduais de meio ambiente, recursos hídricos e

florestais. No âmbito desta reestruturação, foi criada a Diretoria de Gente e Gestão (DIGGES) para disseminar uma cultura de gestão orientada para a entrega de resultados, com foco em estabelecimento de metas, meritocracia, valorização do capital humano e transparência administrativa. Com isso, o INEA tornou-se o primeiro órgão público fluminense a atrelar a política de gestão de pessoas e de processos aos objetivos estratégicos da Instituição, fazendo com que as competências, habilidades e atitudes de seu corpo funcional estejam alinhadas à expertise necessária para garantir o alcance dos resultados pretendidos. De forma inovadora, a DIGGES reúne, sob a mesma responsabilidade funcional, as áreas de governança de metas e projetos e a política de recursos humanos. Portanto, espera-se incrementar a eficácia e eficiência organizacional por meio do direcionamento estratégico, do redesenho do processo de trabalho de gestão de processos e pessoas, da formação de lideranças com alta capacidade executiva e técnica e da promoção da transparência interna e externa nas suas ações.

Objetivo: 1) implementar a governança orientada por resultados; 2) incorporar práticas de *accountability*; 3) desenvolver e capacitar os servidores em gestão, liderança e saber técnico; 4) aumentar a qualidade do gasto público; 5) melhorar as condições de trabalho.

Principais linhas de atuação: 1) direcionamento estratégico; 2) desenvolvimento de lideranças e técnicos; 3) desenho do processo de gestão de processos e pessoas; 4) desenho do gestão à vista; 5) aumento da arrecadação própria; e 6) redução das despesas de custeio.

Resultados:

- 1) Proposição e acompanhamento de 4 metas institucionais (licenciamento e pós-licença).
- 2) Desdobramento e acompanhamento das metas institucionais por 15 unidades administrativas.
- 3) Criação da Universidade do Ambiente com o oferecimento de 69 formações com média de carga horária de 25 horas que capacitaram 1.931 servidores (internos e externos) desde a sua fundação em 2016.
- 4) Desenvolvimento de 103 lideranças, além da realização de 47 sessões de *coaching* para as lideranças e 15 horas de palestras.
- 5) Aumento de 75% nas receitas próprias (de \$72 milhões em 2016 para \$127 milhões em 2018).
- 6) Redução de 24% nas despesas de custeio, exceto pessoal (de \$38 milhões em 2016 para \$29 milhões em 2018).
- 7) Redução de 32% dos cargos de alta liderança (vice-presidência, diretoria, chefia de gabinete, superintendência etc.).

Resultados complementares:

- I. Reestruturação da SEA e do INEA (via edição dos decretos com os respectivos novos organogramas).
- II. Redirecionamento da força de trabalho para as atividades-fim (de 67% para 80%).
- III. Mudança de sub-sede e criação ou reforma de novos ambientes de trabalho na sede, ambos sob o conceito de espaço aberto.
- IV. Elaboração do regimento interno do INEA.
- V. Preparação e condução de 5 reuniões de N1 e de 21 reuniões de N3.
- VI. Implantação de relatórios automáticos de acompanhamento e avaliação.
- VII. Realização de 31 palestras, 14 eventos e 8 visitas a Parques Estaduais.
- VIII. Promoção de 1 intercâmbio internacional (França) para 8 servidores.
- IX. Realização de 1 pós-graduação em gestão ambiental integrada para 80 servidores.
- X. Certificação de 53 chefes de unidades de conservação.
- XI. Capacitação de 1.931 servidores internos e externos (581 em 2016, 961 em 2017 e 389 em 2018).
- XII. Avaliação de desempenho de 2.474 servidores (1.025 em 2015, 121 em 2016, 178 em 2017 e 1.150 em 2018).
- XIII. Levantamento das competências institucionais, gerenciais, funcionais e técnicas de todo o corpo efetivo.
- XIV. Avaliação por competências de 86 lideranças.
- XV. Realização da avaliação de impacto do Processo Digital no tempo de emissão dos instrumentos SLAM.
- XVI. Realização de pesquisa de satisfação dos requerentes de instrumentos SLAM.
- XVII. Realização do estudo de viabilidade econômica da Permissão de Uso no PEC.
- XXVIII. Mapeamento e redesenho dos processos de trabalho 'receber, tramitar e tratar requerimentos do SLAM' e 'elaborar, monitorar e avaliar os planos de ação das UC'.
- XIX. Implantação do novo monitoramento da nova carteira de projetos prioritários (Portal FMA).
- XX. Criação da sala de aula da Universidade do Ambiente.
- XXI. Criação da biblioteca na sede.
- XXII. Contratação de 301 estagiários após a realização de 887 entrevistas.
- XXIII. Publicação de 6 Revistas Ineana.
- XXIV. Publicação de 4 Livros (Rppn, Projeto BIG 2050, Atlas dos mananciais e Por que as florestas são devastadas).
- XXV. Catalogação de 47 mil publicações.
- XXVI. Higienização de 81 caixas de arquivo.
- XXVII. Organização do acervo técnico do Inea.

- XXVIII. Substituição de 2 mil lâmpadas e instalação de 22 painéis fotovoltaicos
- XXIX. Vinculação da Revista Ineana ao qualis CAPES (classificada no conceito B5).
- XXX. Criação do setor de recuperação de receitas (R\$ 7,5 milhões recuperados desde 2016).
- XXXI. Incorporação do rendimento de aplicações financeiras (R\$ 15,9 milhões desde 2016).
- XXXII. Modernização da cobrança dos Autos de infração a cargo do FECAM (R\$ 7,9 milhões desde 2016).
- XXXIII. Elaboração de 86 edições do Jornal Mural 'cá entre nós' e de 612 notícias na intranet.
- XXXIV. Elaboração de 210 *releases* e avisos de pauta.
- XXXV. Prospecção de 570 matérias, notas positivas ou explicativas na mídia impressa e eletrônica.

3. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

A Lei Estadual nº 7.844 de 10 de janeiro de 2018, autorizou o orçamento anual para o Instituto Estadual do Ambiente - INEA no montante de R\$ 225.454.760,00 (duzentos e vinte e cinco milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil e setecentos e sessenta reais), cuja previsão atualizada totalizou R\$ 249.245.809,06 (duzentos e quarenta e nove milhões, duzentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e nove reais e seis centavos).

De acordo com as Demonstrações Contábeis do INEA no exercício de 2018, o resultado orçamentário (diferença entre a receita realizada e a despesa empenhada) foi deficitário em R\$ 429.783.307,00 (quatrocentos e vinte e nove milhões, setecentos e oitenta e três mil e trezentos e sete reais).

Este déficit foi apurado considerando também as despesas empenhadas utilizando o crédito orçamentário recebido através de descentralizações do Fundo Estadual de Conservação Ambiental – FECAM, conforme descrito abaixo:

Receita realizada – INEA:	R\$ 143.916.711,60
Empenhos orçamento INEA	R\$ 167.694.012,04
Empenhos orçamento FECAM	R\$ 406.006.006,56
Despesa empenhada:	<u>R\$ 573.700.018,60</u>
Resultado orçamentário:	(R\$ 429.783.307,00)

A receita realizada do INEA apresentou um aumento de 11,79% sobre o total previsto, de R\$ 128.737.614,00 (cento e vinte e oito milhões, setecentos e trinta e sete mil e seiscentos e quatorze reais), portanto, ocorreu um acréscimo da arrecadação no valor de R\$ 15.179.097,60 (quinze milhões, cento e setenta e nove mil, noventa e sete reais e sessenta centavos).

Em contrapartida, de acordo com Balanço Orçamentário, foi obtida uma economia orçamentária no INEA (diferença entre a dotação atualizada e a despesa empenhada) de R\$ 81.551.797,02 (oitenta e um milhões, quinhentos e cinquenta e um mil, setecentos e noventa e sete reais e dois centavos), correspondente a um percentual de 67,28%. Os detalhamentos da receita e da despesa seguem nos quadros a seguir.

3.1 Arrecadação

Tabela 1 – Evolução da Arrecadação Anual do INEA

FR	Descrição da Fonte de Recursos	2016	2017	2018
230	Arrecadação própria – Administração indireta	21.380.918,27	33.032.313,36	25.263.521,89
232	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	6.697.794,26	11.462.499,23	15.855.731,62
212	Convênios – Administração indireta	2.554.901,60	98.446,53	1.900.650,04
214	Convênios PAC - Administração indireta	11.016.990,02	29.104.429,92	10.872.221,09
218	Convênios intraorçamentários – Administração indireta	44.649.750,22	72.746.090,08	88.781.725,49
233	Alienação de Bens	0,00	0,00	264.500,00
297	Conservação ambiental	31.269.607,31	1.751.507,39	978.361,47
	Arrecadação anual	117.569.961,68	148.195.286,51	143.916.711,60

Fonte: Siafe-Rio, 2018.

3.2 Execução Orçamentária

O orçamento inicial foi aprovado pelo Decreto Estadual nº 46.230 de 31 de janeiro de 2018, o qual dispõe sobre a programação orçamentária e financeira por meio do estabelecimento de normas para a execução orçamentária pelo Poder Executivo no exercício de 2018, mediante a autorização de sua execução, fixado em R\$ 249.245.809,06 (duzentos e quarenta e nove milhões, duzentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e nove reais e seis centavos).

Tabela 2 – Evolução Orçamentária Anual do INEA

Descrição Orçamentária	2016	2017	2018
Orçamento liberado	513.163.598,00	349.403.589,75	249.245.809,06
Despesas Correntes	161.733.149,00	270.557.101,32	176.665.228,28
Despesas de Capital	351.430.449,00	78.846.488,43	72.580.580,78

Fonte: Siafe-Rio, 2018.

A receita realizada em 2018 alcançou o montante de R\$ 143.916.711,60 (cento e quarenta e três milhões, novecentos e dezesseis mil, setecentos e onze reais e sessenta centavos), com a seguinte classificação:

Tabela 3 – Detalhamento das Receitas do INEA

Receita tributária	15.421.010,12
Receita patrimonial	4.038.401,32
Receita de serviços	110.512.637,75
Outras receitas correntes	961.797,01
Total da Receita Corrente	130.933.846,20
Alienação de Bens	264.500,00
Transferências de Capital	12.718.365,40
Total da Receita Capital	12.982.865,40
Total	143.916.711,60

Fonte: Siafe-Rio, 2018.

O montante da despesa empenhada em 2018 foi de R\$ 573.700.018,60 (quinhentos e setenta e três milhões, setecentos mil, dezoito reais e sessenta centavos), com as seguintes categorias econômicas:

Tabela 4 – Movimentação Orçamentária e Financeira do INEA

Despesas	Dotação Inicial	Dotação Atual	Empenhado	Liquidado	Pago
Despesas Correntes	175.656.646,00	176.665.228,28	161.008.235,02	153.499.258,99	145.923.018,71
Despesas de Capital	49.798.114,00	72.580.580,78	412.691.783,58	411.856.296,39	46.461.365,99
Total	225.454.760,00	249.245.809,06	573.700.018,60	565.355.555,38	192.384.384,70

Fonte: Siafe-Rio, 2018.

Já com relação ao recurso descentralizado pelo FECAM, o montante da despesa empenhada em 2018 foi de R\$ 406.006.006,59 (quatrocentos e seis milhões, seis mil, seis reais e cinquenta e nove centavos), conforme visto anteriormente, de acordo com as informações abaixo:

Tabela 5 – Execução Orçamentária e Financeira do FECAM

Fonte de Recursos	Empenhado	Liquidado	Pago
104	406.006.006,56	406.006.006,56	40.611.076,16
Total	406.006.006,56	406.006.006,56	40.611.076,16

Fonte: Siafe-Rio, 2018.

O total de despesas empenhadas se compõe de:

Tabela 6 – Despesa Orçamentária

Despesas Empenhadas e pagas no exercício	192.384.384,70
Restos a pagar processados Inscritos	372.971.170,68
Restos a pagar não processados Inscritos	8.344.463,22
Total	573.700.018,60

Fonte: Siafe-Rio, 2018.

O resultado da execução orçamentária apresentou a seguinte classificação:

Tabela 7 – Resultado da Execução Orçamentária

Receita Realizada	143.916.711,60
(-) Despesa Empenhada	573.700.018,60
Superávit ou Déficit Orçamentário	- 429.783.307,00

Fonte: Siafe-Rio, 2018.

3.3 Execução Financeira

O movimento financeiro global do exercício se espelha, em resumo, por:

Tabela 8 – Movimento Financeiro Global

Saldo do exercício anterior disponível em 31/12/17:	142.670.520,00
Saldo para o exercício seguinte disponível em 31/12/18:	221.131.364,93
Financeiro Real da Execução Orçamentária:	
Receita Realizada	143.916.711,60

(-) Despesa Paga	192.384.384,70
Total	- 48.467.673,10

Fonte: Siafe-Rio, 2018.

O total da despesa orçamentária, composto pelas despesas pagas mais as inscrições em restos a pagar de 2018 ficaram assim discriminadas:

Tabela 9 – Despesas Pagas e Inscrições em Restos a Pagar

Despesas pagas no exercício	192.384.384,70
Inscrição de restos a pagar/18	381.315.633,90
Total	573.700.018,60

Fonte: Siafe-Rio, 2018.

Os pagamentos extraorçamentários se compõe:

Tabela 10 – Despesa Extraorçamentária do INEA

Restos a pagar/exercícios anteriores	82.839.711,82
Consignações	24.362.086,06
Depósitos de diversas origens	303.057,98
Valores em trânsito realizáveis	3.310.274,68
Conversão de consignações em receitas e baixas	12.406.720,52
Total	123.221.851,06

Fonte: Siafe-Rio, 2018.

O Resultado Financeiro, apurado entre a diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, está representado pelo déficit de R\$ 703.480.955,68 (setecentos e três milhões, quatrocentos e oitenta mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e oito centavos).

Tabela 11 – Resultado Financeiro

	Exercício 2018	Exercício 2017
Ativo Financeiro	153.248.009,59	113.906.730,41
Passivo Financeiro	856.728.965,27	570.752.476,60
Resultado Financeiro	- 703.480.955,68	- 456.845.746,19

Fonte: Siafe-Rio, 2018.

3.4 Execução Patrimonial

O resultado patrimonial referente ao exercício de 2018 está representado pela apuração entre as Variações Patrimoniais Aumentativas e as Variações Patrimoniais Diminutivas, no valor de R\$ 232.348.510,45 (duzentos e trinta e dois milhões, trezentos e quarenta e oito mil, quinhentos e dez reais e quarenta e cinco centavos), conforme informações abaixo:

Tabela 12 – Resultado Patrimonial

	Exercício 2018	Exercício 2017
Variações Patrimoniais Aumentativas	407.149.826,58	256.452.861,30
Variações Patrimoniais Diminutivas	174.801.316,13	163.674.598,26
Resultado Financeiro	232.348.510,45	92.778.263,04

3.5 Balanço Patrimonial

Demonstra as alterações patrimoniais resultantes ou independentes da execução orçamentária, com objetivo de evidenciar qualitativamente e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública ao término do exercício.

Tabela 13 – Balanço Patrimonial

ATIVO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
ATIVO CIRCULANTE		
Caixa e Equivalentes de Caixa	220.370.922,89	139.641.218,39
Créditos a Curto Prazo	23.760.626,81	23.931.637,42
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	5.479.708,00	7.000.065,48
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	0,00	0,00
Estoques	550.874,69	536.001,85
V.P.D. Pagas Antecipadamente	0,00	0,00
Total Ativo Circulante	250.162.132,39	171.108.923,14
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
Ativo Realizável a Longo Prazo	42.396,95	42.396,95
Créditos a Longo Prazo	42.396,95	42.396,95
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	0,00	0,00
Prazo		
Estoques	0,00	0,00
V.P.D. Pagas Antecipadamente	0,00	0,00
Investimentos	97.947.492,45	97.947.492,45
Imobilizado	1.362.722.561,81	920.732.068,42
Intangível	988.225,32	981.037,32
Diferido	0,00	0,00
Total Ativo Não Circulante	1.461.700.676,53	1.019.702.995,14
Total do Ativo	1.711.862.808,92	1.190.811.918,28
PASSIVO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR

PASSIVO CIRCULANTE

Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a CP	16.521.082,66	27.795.979,60
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	824.729.550,58	526.473.005,64
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	0,00	150,36
Obrigações de Repartição a Outros Entes	0,00	0,00
Provisões a Curto Prazo	0,00	0,00
Demais Obrigações a Curto Prazo	116.637.035,07	105.087.387,33
Total Passivo Circulante	957.887.668,31	659.356.522,93

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a LP	154.852.761,65	155.400.162,47
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	0,00	0,00
Fornecedores a Longo Prazo	1.745.762,56	1.745.762,56
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	0,00	0,00
Provisões a Longo Prazo	0,00	0,00
Demais Obrigações a Longo Prazo	0,00	0,00
Resultado Diferido	0,00	0,00
Total Passivo Não Circulante	156.598.524,21	157.145.925,03

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Patrimônio Social e Capital Social	21.445.874,63	21.445.874,63
Reservas de Capital	0,00	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00
Reservas de Lucros	0,00	0,00
Demais Reservas	0,00	0,00
Resultados Acumulados	575.930.741,77	352.863.595,69
Resultado do Exercício	232.348.510,45	92.778.263,04
Resultados de Exercícios Anteriores	352.863.595,69	304.153.694,78
Ajustes de Exercícios Anteriores	-9.281.364,37	-44.068.362,13
Participação de Não Controladores	0,00	0,00
Total Patrimônio Líquido	597.376.616,40	374.309.470,32
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	1.711.862.808,92	1.190.811.918,28

Fonte: Siafe-Rio, 2018.

Rio de Janeiro, 31 de maio de 2019.

Claudio Barcelos Dutra

Presidente do INEA

Id funcional nº 5097726-1

Fernando Gouveia de Holanda

Diretor de Gente e Gestão

Id funcional nº 4355791-0

Ricardo Cardoso da Silva

Coordenador Executivo e de Planejamento

Id funcional nº 5097717-2